



# RENOVIAS CONCESSIONÁRIA S.A.

CNPJ nº 02.417.464/0001-23

## RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**Senhores Acionistas,** Com o encerramento do exercício de 2012, a Concessionária apresenta as atividades realizadas ao longo do ano. Foi registrado aumento de 3,65%, em relação ao ano de 2011, no fluxo de veículos nos pedágios de sua malha viária. Os investimentos alcançaram aproximadamente R\$ 85,9 milhões, permitindo atender o cronograma aprovado junto à ARTESP (Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo), bem como cumprir o programa pactuado com Vossas Senhorias. Informamos na sequência os serviços que foram executados. Entre as ações de engenharia, destacamos a conclusão da duplicação da SP-342, no trecho urbano de São João da Boa Vista, compreendido entre o km 227 e o km 229. Tiveram continuidade os trabalhos de duplicação do trecho entre o km 119 e km 235, até a divisa com o município de Águas da Prata. O investimento nessas obras em 2012 totaliza R\$ 36,7 milhões. Outro importante benefício para os motoristas foi a implantação de terceiras faixas na rodovia SP-340, entre os km 119 e 123, nas duas pistas, em Campinas. Além deste trecho, foi construída faixa adicional na pista sul da rodovia (sentido Jaguariúna-Campinas), entre o km 124+900 e km 123+900, próximo ao Pedágio Jaguariúna. O investimento nesses dois segmentos foi de R\$ 7,1 milhões. Ao longo da malha viária, a Concessionária realizou a recuperação de pavimento em uma extensão de 55,5 quilômetros. Foram implantadas 35,7 quilômetros de defensas metálicas e 4,6 quilômetros de barreiras rígidas tipo New Jersey. Foram recuperados 133.547 metros quadrados de faixas horizontais, implantadas 38.375 novas taxas refletivas e instaladas 1.881 unidades de placas, além de 747 metros quadrados de novas placas. Foi promovida a renovação da frota de veículos, com a substituição de uma ambulância, três guinchos leves e oito inspeções de tráfego. Ao longo do ano foi desenvolvida a campanha educacional de segurança no trânsito Sua Vida Vale Muito! As ações foram voltadas para redução dos três tipos de acidentes mais frequentes na malha viária, que são atropelamentos, colisões traseiras e ocorrências causadas pelo excesso de velocidade. Para despertar a atenção dos motoristas sobre os temas, foram implantadas 29 novas faixas-banner ao longo de todas as rodovias administradas pela concessionária. São pontos com maior fluxo de veículos e

segmentos que merecem mais cuidados, como trechos urbanos, próximos a locais com travessias de pedestres e pontos de ônibus. Além do material exposto nas rodovias, outra atividade que integrou a campanha foi a distribuição mensal de 35 mil folhetos com orientações aos usuários. Também foi realizada pela concessionária a Campanha Realidade dos Acidentes. Para chamar atenção dos motoristas, foram reproduzidas cenas de ocorrências, utilizando bonecos e carros batidos em situações graves. A iniciativa foi realizada no Pedágio Jaguariúna (SP-340, km 123) durante os feriados com maior fluxo de veículos na malha viária. A intenção ao expor automóveis totalmente destruídos foi causar impacto e fazer com que o motorista realmente reflita sobre as graves consequências da irresponsabilidade no trânsito. Para a campanha, foram utilizados quatro modelos de veículos, implantados em pontos que facilitam a visibilidade das cenas na praça de pedágio. Faixas com mensagens que levam os motoristas a refletir sobre os riscos nas rodovias também foram implantadas ao longo da via. A equipe de Atendimento Pré-Hospitalar também promoveu aulas e simulados práticos referentes a primeiros socorros para alunos do segundo ano do curso de Medicina da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Os investimentos em melhorias na malha viária e o trabalho de conscientização dos motoristas trouxeram resultados positivos. A quantidade de acidentes registrada na malha viária em 2012 foi 14,8% menor em relação a 2011. O número de mortes foi reduzido em 2,8%. O Sistema de Ajuda ao Usuário terminou 2012 com as seguintes marcas de atendimento: inspeção de tráfego - 28.862; socorro mecânico - 23.744; serviços de guincho - 14.383; primeiros socorros - 2.349 e serviços de irrigadeira - 1.039. Por meio da Campanha Bate Coração, que integra o Programa Saúde do Caminhoneiro, em 2012 foi realizado atendimento a 1.186 motoristas, em três etapas, totalizando mais de 16 mil consultas desde o início da campanha em 2002. A ação visa oferecer gratuitamente aos usuários consulta médica e orientações sobre doenças arteriais coronárias, com realização de exame de eletrocardiograma, teste de glicemia e aferição de pressão arterial. Entre doações a entidades assistenciais e patrocínios de eventos culturais e esportivos, a Renovias destinou em 2012 cerca de R\$ 1,3 milhão. Os repasses foram feitos por meio das leis de

incentivo à cultura e ao esporte, além dos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Idoso. Pela Lei de Incentivo à Cultura, conhecida como Lei Rouanet, a concessionária deu continuidade ao patrocínio da Orquestra Jazz Sinfônica de São João da Boa Vista, regida pelo maestro Agenor Ribeiro Netto e também apoiou a Orquestra Sinfônica de São José do Rio Preto. Cerca de R\$ 821 mil foram investidos nestes projetos. Também pela Lei Rouanet, a concessionária apoiou o projeto cultural da Instituição de Incentivo à Criança e ao Adolescente (ICA) de Mogi Mirim. Em 2012, o ICA recebeu R\$ 60 mil da concessionária. Aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e Adolescente das cidades de Santo Antonio de Posse, Casa Branca, Vargem Grande do Sul, Águas da Prata, Espírito Santo do Pinhal, Mogi Mirim, Itobi, Mococa, Estiva Gerbi e Aguiar foram destinados R\$ 200 mil. A Renovias também incentivou a prática de exercícios físicos. Por meio da Lei de Incentivo ao Esporte, a empresa patrocinou duas etapas do Circuito Correr e Caminhar para Viver Bem, promovido pela Rede Acesso. A primeira etapa aconteceu em Mogi Mirim, no dia 23 de setembro e reuniu 3 mil inscritos. Já a etapa de São João da Boa Vista, foi realizada em 9 de dezembro e contou com 2 mil participantes. Nas duas provas, os participantes receberam orientações da equipe do Atendimento Pré-Hospitalar (APH) da concessionária. Foram realizados testes gratuitos de glicemia, aferição de pressão arterial e cálculo do Índice de Massa Corporal (IMC). Para os eventos, foram destinados R\$ 135 mil. Aos Fundos Municipais do Idoso, foram doados R\$ 60 mil, distribuídos entre Casa Branca e Mococa. Durante a recuperação do pavimento das rodovias foram retirados cerca de 2 milhões de metros cúbicos de material fresado, esse produto foi doado às prefeituras da malha viária da Renovias para manutenção das estradas municipais. Diversas iniciativas foram realizadas por meio do Projeto de Sustentabilidade da concessionária, entre elas, a entrega de 38 cadeiras de rodas para entidades assistenciais. Os equipamentos são viabilizados com a arrecadação de lacos de alumínio. Ao todo já foram coletados cerca de 7 milhões de lacos, o que corresponde a mais de 2 toneladas de alumínio destinadas para reciclagem. A Administração.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012, 2011, E EM 1º DE JANEIRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2012			31/12/2011			01/01/2011		
<b>CIRCULANTE</b>										
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.227	20.342	6.571						
Contas a receber de clientes		972	922	618						
Contas a receber de partes relacionadas	8	15.726	14.913	12.983						
Pagamento antecipado relacionado à concessão	9	233	233	233						
Despesas antecipadas		713	709	427						
Outros créditos		1.203	447	595						
Total do ativo circulante		34.074	37.566	21.427						
<b>NÃO CIRCULANTE</b>										
Realizável a longo prazo:										
Conta reserva		-	-	3.708						
Pagamento antecipado relacionado à concessão	9	1.962	2.195	2.428						
Despesa antecipada de outorga fixa	9	35.323	28.189	21.681						
Depósitos judiciais		1.499	1.431	1.136						
		38.784	31.815	28.953						
Imobilizado	10	17.394	13.845	12.584						
Intangível	11	427.690	401.464	387.346						
Total do ativo não circulante		483.868	447.124	428.883						
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>517.942</b>	<b>484.690</b>	<b>450.310</b>						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reservas de lucro				Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
<b>SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2011</b>		75.000	15.000	60.000	43.057	193.057	193.057
Dividendos distribuídos		-	-	-	(43.057)	(43.057)	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	78.697	78.697
Destinação:							
Dividendos intermediários pagos		-	-	(37.688)	-	(29.255)	(66.943)
Dividendo adicional proposto		-	-	-	11.754	(11.754)	-
Reserva de retenção de lucros		-	-	37.688	-	(37.688)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>		75.000	15.000	60.000	11.754	161.754	161.754
Dividendos distribuídos	19c	-	-	-	(11.754)	(11.754)	-
Lucro líquido do exercício	19c	-	-	-	-	111.811	111.811
Destinação:							
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	19c	-	-	-	-	(20.457)	(20.457)
Dividendos intermediários pagos	19c	-	-	(57.750)	-	(496)	(58.246)
Juros sobre capital próprio	19d	-	-	(2.250)	-	(7.000)	(9.250)
Dividendo adicional proposto	19c	-	-	-	23.858	(23.858)	-
Reserva de retenção de lucros	19c	-	-	60.000	-	(60.000)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>		75.000	15.000	60.000	23.858	173.858	173.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2012	2011
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	23	352.727	298.582
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>			
Custos com pessoal		(21.827)	(23.406)
Serviços de terceiros		(18.817)	(21.033)
Materiais, equipamentos e outros		(10.140)	(9.594)
Provisão para manutenção		(7.428)	(18.143)
Outorga da concessão		(5.534)	(11.268)
Custo de construção		(58.027)	(29.999)
Depreciação e amortização	10 e 11	(31.805)	(27.466)
		(153.578)	(140.909)
<b>LUCRO BRUTO</b>		199.149	157.673
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Custo com pessoal		(10.014)	(12.173)
Serviços de terceiros		(4.274)	(1.631)
Materiais, equipamentos e outros		(5.726)	(2.246)
Depreciação e amortização	10 e 11	(607)	(169)
Outras despesas operacionais		90	(66)
<b>LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		178.618	141.388
Despesas financeiras	22	(17.508)	(25.878)
Receitas financeiras	22	2.341	3.183
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		163.451	118.693
Imposto de renda e contribuição social correntes	7a	(44.776)	(40.435)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7a	(6.864)	439
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		111.811	78.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2012	2011
<b>Receitas:</b>			
Receita de pedágio	23	320.106	291.675
Receita de construção	23	58.027	29.999
Outras receitas		3.431	3.217
<b>Insumos adquiridos de terceiros:</b>			
Custos dos serviços prestados		(26.086)	(28.474)
Provisão de manutenção	16	(7.428)	(18.143)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(9.461)	(3.388)
Custo de construção		(58.027)	(29.999)
Valor adicionado bruto		280.562	244.887
Depreciação e amortização	10 e 11	(32.412)	(27.635)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia		248.150	217.252
Valor adicionado recebido em transferência:			
Receitas financeiras	22	2.341	3.183
Valor adicionado total a distribuir		250.491	220.435
<b>Distribuição do valor adicionado</b>			
<b>Empregados:</b>			
Remuneração direta		25.406	28.835
Benefícios		4.703	4.330
FGTS		1.605	2.380
Outras		128	34
<b>Tributos:</b>			
Federais		64.477	51.792
Estaduais		44	40
Municipais		16.100	14.690
Remuneração de capitais de terceiros:			
Juros	22	17.317	25.766
Aluguéis		3.366	2.603
Outorga		5.534	11.268
Remuneração de capitais próprios:			
Dividendos	19c	20.953	29.255
Juros sobre capital próprio	19d	7.000	-
Lucros retidos	19c	83.858	49.442
		250.491	220.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2012	2011
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido do exercício		111.811	78.697
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7a	6.864	(439)
Depreciação e amortização	10 e 11	32.412	27.635
Baixa do ativo imobilizado e intangível	10 e 11	171	127
Provisão da outorga variável		10.546	15.777
Amortização do pagamento antecipado relacionado à concessão		233	233
Ajuste a valor presente sobre provisão de manutenção	16	(1.783)	4.262
Juros sobre debêntures e financiamentos	22	18.800	19.118
Capitalização dos juros	22	(2.129)	(618)
Constituição provisão de manutenção	16	7.428	18.143
Constituição provisão de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15	2.055	2.918
Juros e multa sobre impostos parcelados	22	709	998
		187.117	166.851
<b>Variações nos ativos e passivos (Aumento) redução dos ativos:</b>			
Contas a receber		(50)	(304)
Contas a receber - partes relacionadas		(813)	(1.930)
Despesa antecipada de outorga fixa		(7.134)	(6.508)
Depósitos judiciais		(68)	(264)
Despesas antecipadas		(4)	(282)
Outros créditos		(756)	117
<b>(Redução) aumento dos passivos:</b>			
Fornecedores		(783)	8.756
Contas a pagar de partes relacionadas		100	(35)
Obrigações sociais e trabalhistas		259	147
Impostos e contribuições a recolher e parcelados e provisão para IRPJ e CSLL		43.438	38.415
Imposto de renda e contribuição social pagos		(34.995)	(36.796)
Liquidação de riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	15	(864)	(4.394)
Realização provisão de manutenção	16	(20.637)	(10.829)
Obrigações com o Poder Concedente	17a	(13.634)	(18.832)
Outras contas a pagar		(102)	159
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		151.074	134.271
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(7.180)	(4.530)
Aquisição de ativo intangível	11	(53.049)	(37.993)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(60.229)	(42.523)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Aplicações na conta reserva		-	3.708
Financiamentos e debêntures:			
Captações		50.750	64.931
Pagamentos de principal		(49.196)	(19.086)
Pagamentos de juros		(18.264)	(17.874)
Amortização do custo da transação	22	-	344
Juros sobre capital próprio	19d	(9.250)	-
Dividendos pagos	19c	(70.000)	(110.000)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		(95.960)	(77.977)
<b>DEMONSTRAÇÃO DA (REDUÇÃO) AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
No início do exercício	6	20.342	6.571
No fim do exercício	6	15.227	20.342
<b>(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		(5.115)	13.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	2012	2011
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	111.811	78.697
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	111.811	78.697

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Renovias Concessionária S.A. ("Renovias" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é na Rodovia SP-340 - Governador Dr. Adhemar Pereira de Barros, km 161, Pista Sul, Bairro Sobradinho, na Cidade de Mogi Mirim, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objetivo específico a exploração de rodovias, sob o regime de concessão, mediante arrecadação de pedágio e, em extensão limitada, receitas provenientes da exploração da faixa de domínio ao redor das rodovias. A Companhia é responsável por reparar, ampliar, conservar, manter e operar as rodovias SP-215, SP-340, SP-342, SP-344, e SP-350, entre Campinas e o Sul de Minas Gerais, com extensão total de 345,6 km. O contrato de concessão foi assinado em 14/04/1998, com o prazo de 240 meses a contar dessa data. Em 21/12/2006, através de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, o prazo da concessão foi prorrogado em 50 meses, totalizando 290 meses. O prazo do contrato de concessão encerra em junho de 2022. O Poder Concedente transferiu à Companhia os imóveis e demais bens que estavam em seu poder até a assinatura do contrato de concessão, sendo responsabilidade desta zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos, além de fazer novos investimentos para a construção ou melhorias das rodovias. O contrato determina, ainda, o reajuste anual da tarifa básica de pedágio, conforme fórmulas específicas nele descritas e com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 15/12/2011

somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. **Bens reversíveis:** No final do período de concessão das rodovias retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão. A Companhia terá direito a ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados ou amortizados e a sua implantação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão. **Outras informações relevantes:** O Estado de São Paulo ingressou no final do ano de 2011 com uma Ação de Procedimento Ordinário visando à declaração de nulidade do Contrato de Concessão nº CR/004/98 e a condenação da Renovias ao pagamento de indenização, a ser apurada em liquidação de sentença, pela não construção de uma praça de pedágio que, no entendimento do Estado, deveria ter sido implantada na região de Mogi Mirim. Em 04/04/2012, a Renovias recebeu o mandado de citação. Em 09/11/2012 foi homologado acordo celebrado entre as partes, extinguindo-se a ação. Em fevereiro de 2012, foi recebida solicitação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP) para apresentação de respectiva defesa prévia em processo administrativo referente ao Termo Aditivo Modificativo nº 13/06 de 21/12/06. Em 14/12/12, a Companhia foi novamente intimada a se pronunciar. O prazo para apresentação da defesa prévia está suspenso, por decisão da ARTESP, até que sejam fornecidos documentos antecedentes à Companhia. 2. BASE DE PREPARAÇÃO: **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em consonância com a Lei das Sociedades por Ações e com os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicadas de maneira consistente. Em 15/02/2013, foi aprovada pela Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), requerem que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e suposições que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas trimestralmente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que tais estimativas são revisadas e nos períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 3 - Classificação de obras de melhoria incorporadas ao ativo intangível dentro da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão; • Nota 18 - Classificação de arrendamento mercantil. As informações sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota 7b - Impostos diferidos; • Nota 10 - Depreciação do ativo imobilizado; • Nota 11 - Amortização do ativo intangível; • Nota 15 - Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas; • Nota 16 - Provisão para manutenção; • Nota 20 - Mensuração de instrumentos financeiros. 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente às demonstrações financeiras dos períodos apresentados. a) **Receitas de serviços:** As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários das rodovias; • As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços; • As receitas de construção são reconhecidas com base no percentual de conclusão, como preconizado no Pronunciamento Técnico CPC 17 - Contratos de Construção, conforme requerido pela Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização. b) **Instrumentos financeiros:** (i) Ativos financeiros não derivativos: A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais, na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são também transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido assim designado no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber de clientes, outros créditos e contas a receber de partes relacionadas. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. (ii) **Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou liquidadas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Os passivos financeiros de financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

(iii) **Capital social: Ações ordinárias:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, após quaisquer efeitos tributários. **Ações preferenciais:** Ações preferenciais são classificadas como patrimônio líquido caso sejam

não resgatáveis, ou somente resgatáveis à escolha da Companhia. **Dividendos resgatáveis obrigatórios:** Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo. c) **Custo de transação na emissão de títulos de dívida:** Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A utilização do custo amortizado faz com que os encargos financeiros reflitam o efetivo custo do instrumento financeiro e não somente a taxa de juros contratual, ou seja, incluem-se neles os juros e os custos de transação da captação, bem como prêmios recebidos, ágios, deságios, descontos, atualização monetária e outros. Assim, a taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação. d) **Ativo imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** O imobilizado é demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, que não esteja vinculado diretamente ao contrato de concessão, deduzido das depreciações acumuladas e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário. Os custos dos ativos imobilizados incluem os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. Os custos de ativos construídos pela Companhia incluem materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses possam operar da forma pretendida pela Administração e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor líquido contábil do imobilizado, são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente fluirão para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor, de cada componente. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. Não houve alteração das vidas úteis estimadas nos exercícios apresentados. e) **Ativos intangíveis:** A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis: • Direito de uso e custo de desenvolvimento de sistemas informatizados são demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização, a qual é calculada de acordo com a sua vida útil estimada. • Direito de exploração de infraestrutura conforme descrito no item (n). Ativos intangíveis com vida útil definida têm seu valor recuperável (n), caso haja indicadores de perda de valor. f) **Ativos arrendados: Arrendamento mercantil operacional:** Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares por redução do contrato de arrendamento, conforme nota explicativa nº 18. g) **Redução ao valor recuperável de ativos: Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável. Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é determinado. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas por redução de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Companhia determina o valor em uso tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados dos negócios, com base nos orçamentos aprovados, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão ou pela vida útil esperada do negócio, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Durante a projeção, as premissas-chave consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego e de usuários dos projetos de infraestrutura que a Companhia detém, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade, aos custos operacionais, ao investimento de capital e às taxas de descontos. h) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Provisão de manutenção - Contratos de concessão:** As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço. A política da Companhia definiu que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações recorrentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente em uso para utilização pelos usuários. A provisão para manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 7 - Modificações na IFRS 7	Aborda as divulgações de transferências de ativos financeiros	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se à primeira fase do projeto de substituição do "IAS 39: Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração"	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substitui as partes do IAS 27 que tratam de quando e como um investidor deve preparar demonstrações financeiras consolidadas e substitui o SIC -12	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participações	Requer o uso do método de equivalência patrimonial para participações em "joint ventures", eliminando o método de consolidação proporcional	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Estabelece o objetivo das divulgações e as divulgações mínimas para entidades que tenham investimentos em subsidiárias, controladas em conjunto, associadas ou outras entidades não consolidadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Medições de Valor Justo	Estabelece um único modelo de medição do valor justo quando o mesmo é exigido por outros pronunciamentos	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (R) - Modificações na IAS 27	Demonstrações Separadas	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 28 (R) - Modificações na IAS 28	Investimento em Coligada e em Controlada e Joint Ventures	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 19 - Revisada em 2011	Benefícios a Empregados	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio. A taxa de desconto praticada para cada intervenção futura é mantida por todo o período de provisionamento, para fins de cálculo do valor presente. i) **Receitas e despesas financeiras:** Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício, e variações monetárias positivas sobre passivos financeiros. As despesas financeiras compreendem basicamente os juros e variações monetárias sobre passivos financeiros, mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado e perdas por provisão para recuperação de ativos financeiros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros. j) **Capitalização dos custos dos empréstimos:** Os custos de empréstimos atribuíveis ao financiamento dos ativos em construção são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos. k) **Benefícios de curto prazo a empregados:** Os benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são registrados como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em dinheiro na participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma previsão de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. l) **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 25% e 9%, respectivamente sobre a base tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens de patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a recuperar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos de exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e são reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da administração. m) **Direito da concessão:** Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCP 05 (Contratos de Concessão), a Companhia segue a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo o passivo (divulgado na nota explicativa nº 17) relativo às obrigações futuras de seus pagamentos ao Poder Concedente, tendo como base a linha de entendimento de ser o contrato de concessão um contrato executório. No contrato de concessão, a relação entre as partes é continuada havendo obrigações recíprocas a serem cumpridas ao longo de toda a concessão e o seu cumprimento não ocorre de uma só vez, mas na medida em que se avança no contrato. Neste tipo de contrato tanto o concessionário quanto o Poder Concedente possuem o direito de rescisão, sendo que o concessionário será indenizado pelos investimentos realizados e não amortizados. A Administração da Companhia avalia que o contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados. n) **Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01- R1):** A infraestrutura não é registrada como ativo imobilizado porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Concessionária tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato. Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01(R1), a Concessionária atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo. Se a Concessionária presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela concessionária é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Concessionária reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Concessionária reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção. Tais ativos financeiros são mensurados ao valor justo no reconhecimento inicial e posteriormente são mensurados pelo custo amortizado, dependendo de sua classificação. Caso a Companhia seja paga pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e, parcialmente, por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber. O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização. o) **Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações de valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras como informação complementar. p) **Novos pronunciamentos:** Os pronunciamentos contábeis do IASB, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31/12/2012. A Companhia implantará tais pronunciamentos à medida que sua aplicação se tornar obrigatória, não sendo esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

Prontuário	Descrição	Vigência
IFRIC 20 - Custos de produção sobre mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 - Modificações a IFRS 7	Estabelece a divulgação - Compensação de ativos e passivos financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 7 e IFRS 9 - Modificações a IFRS 7 e IFRS 9	Determina a data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.
IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12 - Modificações a IFRS 7, IFRS 11 e IFRS 12	Demonstrações Financeiras Consolidadas, Negócios em Conjunto e Divulgações de Participações em Outras Entidades: Guia de Transição	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 32 - Modificações a IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

Adicionalmente, os pronunciamentos e interpretações do "International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC", listados a seguir, entraram em vigor em exercícios anteriores e, portanto, foram adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações.

Prontuário	Descrição	Vigência
IFRS 1 - Modificações na IFRS 1 - Primeira Adoção de IFRS	Refere-se à isenção limitada a partir das divulgações comparativas do IFRS 7 para as Entidades que fazem a adoção pela primeira vez.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Classificação dos Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Períodos anuais iniciados após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais.	Períodos anuais iniciados após 1º de julho de 2010.
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipados de Exigência Mínima de Financiamento	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há uma exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo em vez de despesa.	Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

IAS 1 - Modificações na IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras. Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

IAS 24 - modificações na IAS 24 Introdz a isenção parcial das exigências de divulgação para entidades governamentais e alterou a definição de parte relacionada. Períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2011.

Em decorrência do compromisso do CPC e do CFC de manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que estas alterações e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. Até o momento, os seguintes pronunciamentos já foram editados pelo CPC e aprovados pelo CFC: • CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto (equivalente à IFRS 11). • CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (equivalente à IAS 19 revisada). • CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas (equivalente à IFRS 10). • CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades (equivalente à IFRS 12). • CPC 46 - Mensuração do Valor Justo (equivalente à IFRS 13). Os referidos pronunciamentos não causaram efeitos relevantes nas presentes demonstrações. 4. RECLASSIFICAÇÕES: No exercício de 2011, para fins de melhor apresentação das demonstrações financeiras, foi efetuada a seguinte reclassificação: • Ajuste para apresentação líquida dos impostos diferidos, eliminando o saldo do passivo não circulante contra o ativo não circulante no valor de R\$47.608, conforme demonstrado:

	31/12/2011			01/01/2011		
	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Anteriormente apresentado	Ajuste	Reapresentado
<b>ATIVO</b>						
Total do ativo circulante	37.566	-	37.566	21.427	-	21.427
Ativo fiscal diferido	47.608	(47.608)	-	46.593	(46.593)	-
Total do ativo não circulante	494.732	(47.608)	447.124	475.476	(46.593)	428.883
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>532.298</b>	<b>(47.608)</b>	<b>484.690</b>	<b>496.903</b>	<b>(46.593)</b>	<b>450.310</b>
<b>PASSIVO</b>						
Total do passivo circulante	101.508	-	101.508	44.413	-	44.413
Passivo fiscal diferido	79.343	(47.608)	31.735	78.767	(46.593)	32.174
Total do passivo não circulante	269.036	(47.608)	221.428	259.433	(46.593)	212.840
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>						
Total do patrimônio líquido	161.754	-	161.754	193.057	-	193.057
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>532.298</b>	<b>(47.608)</b>	<b>484.690</b>	<b>496.903</b>	<b>(46.593)</b>	<b>450.310</b>

5. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para ativos e passivos financeiros como para não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Investimentos em instrumentos patrimoniais e títulos de dívida: O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência a seus preços de fechamento apurado na data de apresentação das demonstrações financeiras. Passivos financeiros não derivativos: O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data das demonstrações financeiras. 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: Estão representados por:

	2012	2011
Caixa e bancos	3.975	16.719
Aplicações financeiras	11.252	3.623
	<u>15.227</u>	<u>20.342</u>

As aplicações financeiras são representadas por quotas de fundos de investimentos de renda fixa, podendo ser resgatadas a qualquer tempo, sem prejuízo da remuneração auferida. As mesmas são remuneradas à taxa de 103,70% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), equivalente a 8,68% ao ano (12,05% a.a. em 31 de dezembro de 2011). 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos: A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada a seguir:

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	163.451	118.693
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(55.573)	(40.356)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes:		
Despesas indedutíveis	(49)	(48)
Doações a projetos culturais, esportivos e fundo municipal		
da criação e do adolescente e do idoso	770	334
Juros sobre capital próprio	3.145	-
Outros	67	74
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(51.640)</u>	<u>(39.996)</u>
Impostos correntes	(44.776)	(40.435)
Impostos diferidos	(6.864)	439
	<u>(51.640)</u>	<u>(39.996)</u>
Alíquota efetiva	32%	34%

b) Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. As projeções para realização dos ativos fiscais diferidos são revisadas anualmente, em dezembro. Se ocorrerem fatos relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o período pela Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2012	2011
Bases do ativo diferido:		
Depreciação fiscal de gastos com obras registradas como provisão de manutenção (a)	18.960	16.745
Depreciação fiscal de ativo imobilizado reclassificado para o custo (b)	10.601	12.253
Constituição da provisão de manutenção (c)	10.148	15.245
Provisão para contingências	2.377	1.971
Amortização do custo de transação	85	61
Provisão de serviços a executar	54	263
Provisão da outorga variável	-	1.070
Total	<u>42.225</u>	<u>47.608</u>
Bases do passivo diferido:		
Direito de concessão - outorga fixa (d)	41.843	42.411
Depreciação do ativo imobilizado (fiscal) versus amortização do ativo intangível (contábil) (e)	30.846	28.958
Custo de empréstimos capitalizados (f)	8.135	7.974
Total	<u>80.824</u>	<u>79.343</u>
Total imposto de renda e a contribuição social diferidos	<u>38.599</u>	<u>31.735</u>

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos. (a) Diferença temporária oriunda da depreciação fiscal de obras qualificadas no escopo da provisão de manutenção nas práticas contábeis - Lei 11.638/07. (b) Diferenças temporárias oriundas das depreciações fiscais de obras qualificadas como custo nas práticas contábeis - Lei 11.638/07. (c) Constituição da provisão de manutenção, cuja realização ocorrerá nos termos do item "a", conforme práticas contábeis - Lei 11.638/07. (d) Adoção OCPC 05 - Outorga fixa: trata-se de impostos diferidos sobre a diferença entre o critério de reconhecimento do direito de outorga no ativo e passivo fiscais e o critério de reconhecimento somente pelo pagamento da parcela fixa da concessão na posição contábil. (e) Diferença temporária entre a depreciação fiscal e a amortização contábil de obras não capitalizáveis nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07. (f) Diferença temporária entre os custos de empréstimos mantidos no resultado fiscal e a despesa de depreciação oriunda dos custos de empréstimos capitalizados para fins contábeis, nos termos das práticas contábeis - Lei nº 11.638/07.

8. PARTES RELACIONADAS: Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, assim como as transações dos exercícios, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, profissionais-chave de sua Administração e outras partes relacionadas. Estas operações foram realizadas substancialmente em condições de mercado.

	Transações Resultado	Saldos Contas a receber	Contas a pagar
Outras partes relacionadas:			
Centro de Gestão e Meios de Pagamentos S.A. - CGMP (a)	-	15.726	-
CCR S.A.	95	-	95
Profissionais-chave:			
Remuneração dos administradores	2.100	-	94
Total, 31 de dezembro de 2012	<u>2.195</u>	<u>15.726</u>	<u>189</u>
Total, 31 de dezembro de 2011	<u>4.035</u>	<u>14.913</u>	<u>89</u>

(a) Refere-se a contas a receber decorrente das tarifas de pedágio eletrônico (AVI) que são repassadas à Companhia no mês subsequente. Os montantes referentes a despesas com profissionais-chave da Administração estão apresentados abaixo:

	2012	2011
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.384	1.190
Outros benefícios:		
Provisão de Participação no Resultado (PLR)	712	2.841
Outros	4	4
Total	<u>2.100</u>	<u>4.035</u>

9. PAGAMENTOS ANTECIPADOS RELACIONADOS À CONCESSÃO: Estão representados por:

	2012	2011
Circulante:		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão - início da concessão (a)	233	233
Não circulante:		
Pagamentos antecipados relacionados à concessão - início da concessão (a)	1.962	2.195
Despesa antecipada de outorga fixa - extensão do prazo de concessão (b)	35.323	28.189
Total	<u>37.285</u>	<u>30.384</u>

(a) Durante o primeiro ano da concessão, foram efetuados pagamentos antecipados ao Poder Concedente, relacionados à outorga da concessão. Esses valores foram registrados no ativo, na rubrica de pagamentos antecipados, relacionados à concessão e estão sendo amortizados no mesmo prazo definido para a concessão. (b) A mudança do prazo de concessão, citada na nota explicativa nº 1, não impactou o prazo e o valor dos pagamentos mensais de outorga fixa descritos na nota explicativa nº 17. Para adequar o valor do custo mensal do direito de outorga fixa, reconhecido no resultado ao novo prazo do contrato de concessão, a Companhia passou a registrar parte do pagamento mensal ao Poder Concedente como despesa paga antecipadamente. Esse saldo será apropriado de forma linear, no período correspondente ao aumento do prazo de concessão (de abril de 2018 até maio de 2022).

10. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	2012			2011		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Sistemas operacionais	15	23.851	(13.538)	10.313	19.385	(11.919)	7.466
Máquinas e equipamentos	16	6.752	(3.841)	2.911	6.411	(3.358)	3.053
Veículos	20	3.734	(3.051)	683	3.358	(2.827)	531
Móveis e utensílios	10	992	(447)	545	890	(385)	505
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	10	798	(398)	400	798	(333)	465
Imobilizado em andamento	-	2.542	-	2.542	1.825	-	1.825
		<u>38.669</u>	<u>(21.275)</u>	<u>17.394</u>	<u>32.667</u>	<u>(18.822)</u>	<u>13.845</u>

As taxas de depreciação das classes de bens do ativo imobilizado estão condizentes com a vida útil estimada dos bens. Caso a sua vida útil ultrapasse o prazo da concessão, as taxas de depreciação consideram este prazo limite.

	2012				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Sistemas operacionais	19.385	2.565	(716)	2.617	23.851
Máquinas e equipamentos	6.411	702	(372)	11	6.752
Veículos	3.358	465	(89)	-	3.734
Móveis e utensílios	890	130	(28)	-	992
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	798	-	-	-	798
Imobilizado em andamento	1.825	3.440	-	(2.723)	2.542
	<u>32.667</u>	<u>7.302</u>	<u>(1.205)</u>	<u>(95)</u>	<u>38.669</u>

	2011				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Sistemas operacionais	22.929	1.302	(4.691)	(155)	19.385
Máquinas e equipamentos	6.536	1.081	(1.386)	180	6.411
Veículos	3.435	46	(175)	52	3.358
Instalações e edificações	49	-	-	(49)	-
Móveis e utensílios	784	199	(93)	-	890
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	708	90	-	-	798
Imobilizado em andamento	-	1.851	-	(26)	1.825
	<u>34.441</u>	<u>4.569</u>	<u>(6.345)</u>	<u>2</u>	<u>32.667</u>

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$122 em 31 de dezembro de 2012 (R\$39 em 31 de dezembro de 2011).

	2012				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Sistemas operacionais	(11.919)	(2.225)	584	22	(13.538)
Máquinas e equipamentos	(3.358)	(808)	347	(22)	(3.841)
Veículos	(2.827)	(310)	86	-	(3.051)
Móveis e utensílios	(385)	(81)	19	-	(447)
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	(333)	(65)	-	-	(398)
	<u>(18.822)</u>	<u>(3.489)</u>	<u>1.036</u>	<u>-</u>	<u>(21.275)</u>

	2011				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Sistemas operacionais	(14.505)	(2.045)	4.621	10	(11.919)
Máquinas e equipamentos	(3.978)	(715)	1.334	1	(3.358)
Veículos	(2.674)	(315)	175	(13)	(2.827)
Instalações e edificações	(26)	-	-	26	-
Móveis e utensílios	(402)	(71)	88	-	(385)
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	(272)	(61)	-	-	(333)
	<u>(21.857)</u>	<u>(3.207)</u>	<u>6.218</u>	<u>24</u>	<u>(18.822)</u>

	Taxa média anual de amortização - %	2012			2011		
		Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Direitos de exploração de infraestrutura	(*)	572.813	(175.967)	396.846	529.277	(148.246)	381.031
Direitos de exploração de infraestrutura em andamento	-	26.428	-	26.428	16.218	-	16.218
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	21	7.409	(3.294)	4.115	6.157	(2.094)	4.063
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados em andamento	-	301	-	301	152	-	152
		<u>606.951</u>	<u>(179.261)</u>	<u>427.690</u>	<u>551.804</u>	<u>(150.340)</u>	<u>401.464</u>

(\*) Amortização pela curva de benefício econômico baseada no volume de tráfego.

	2012				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Direitos de exploração de infraestrutura	529.277	12.565	(4)	30.975	572.813
Direitos de exploração de infraestrutura em andamento	16.218	41.179	-	(30.969)	26.428
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	6.157	1.016	-	236	7.409
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados em andamento	152	296	-	(147)	301
	<u>551.804</u>	<u>55.056</u>	<u>(4)</u>	<u>95</u>	<u>606.951</u>

	2011				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Direitos de exploração de infraestrutura	503.657	19.580	(14)	6.054	529.277
Direitos de exploração de infraestrutura em andamento	5.544	16.651	-	(5.977)	16.218
Direito de uso de sistemas informatizados e outros	3.776	1.332	-	1.049	6.157
Custos de desenvolvimento de sistemas informatizados em andamento	271	1.009	-	(1.128)	152
	<u>513.248</u>	<u>38.572</u>	<u>(14)</u>	<u>(2)</u>	<u>551.804</u>

Foram capitalizados custos de empréstimos no montante de R\$2.007 em 31 de dezembro de 2012 (R\$579 em 31 de dezembro de 2011).

	2012				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Direitos de exploração de infraestrutura	(148.246)	(2			

	Taxas contratuais	Taxa efetiva	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimento	2012	2011
		do custos de transação (*)					
Em moeda nacional:							
1) Banco Nac.							
Desenv. Econômico e Social - BNDES	TJLP + 1,8% a.a. e TJLP + 2,8% a.a.	0,0234% a.a. e 0,0239% a.a.	18	12	15/11/2016	29.781	33.545
2) Banco Nac.							
Desenv. Econômico e Social - BNDES	TJLP + 1,8% a.a. e TJLP + 2,8% a.a.	0,0652% a.a. e 0,0667% a.a.	51	35	15/04/2016	82.498	31.568
Total de financiamentos e empréstimos						112.279	65.113
Financiamentos e empréstimos						20.366	8.795
Custos de transação						(22)	(22)
Total circulante						20.344	8.773
Financiamentos e empréstimos						91.913	56.318
Custos de transação						(25)	(47)
Total não circulante						91.888	56.271
Total						112.232	65.044

(\*) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 (R1).

Em 14 de dezembro de 2011, a Companhia firmou contrato de abertura de crédito junto ao BNDES, no valor total de R\$130.000, com liberações de crédito trimestrais, mediante a apresentação dos documentos que comprovem a realização do projeto financiado. O contrato está subdividido em categorias de crédito e subcrédito, conforme abaixo: 1) Categoria de crédito A: • Subcrédito A1: amortização em 53 prestações mensais, com incidência de juros de 1,80% a.a. mais TJLP, com pagamento de juros trimestral, no período compreendido entre dezembro de 2011 e junho de 2012 e, mensal, a partir de julho de 2012 até novembro de 2016, juntamente com as prestações de amortização de principal. • Subcrédito A2: amortização em 53 prestações mensais, com incidência de juros de 2,80% a.a. mais TJLP, com pagamento de juros trimestral, no período compreendido entre dezembro de 2011 e junho de 2012 e, mensal, a partir de julho de 2012 até novembro de 2016, juntamente com as prestações de amortização do principal. Este subcrédito foi integralmente liberado em 23 de dezembro de 2011. 2) Categoria de crédito B: • Subcréditos B1, B3 e B5: amortização em 33 prestações mensais, com incidência de juros de 1,80% a.a. mais TJLP, com pagamento de juros trimestral, no período compreendido entre dezembro de 2011 e julho de 2013 e, mensal, a partir de agosto de 2013 até abril de 2016, juntamente com as prestações de amortização do principal. • Subcréditos B2, B4 e B6: amortização em 33 prestações mensais, com incidência de juros de 2,80% a.a. mais TJLP, com pagamento de juros trimestral, no período compreendido entre dezembro de 2011 e julho de 2013 e, mensal, a partir de agosto de 2013 até abril de 2016, juntamente com as prestações de amortização do principal. As principais garantias e cláusulas restritivas para o contrato de financiamento são as seguintes: - Carta(s) fiança(s) no valor do crédito liberado, com validade mínima de dois anos, devendo ser renovada(s) em até noventa dias antes do vencimento. Foram contratadas cartas de fiança no montante de R\$115.750, para garantir o montante da primeira até a quarta liberação. - Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor de empréstimos, financiamentos e debêntures, que represente mais de quinze por cento da receita bruta, auferida no exercício anual anterior. Estão excluídos desse saldo devedor os valores referentes à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente para aquisição de equipamentos, a 1ª emissão de debêntures e os mútuos concedidos por acionistas, cuja taxa de juros não seja superior a 2,5% acima do CDI ou 8% acima do IPCA. Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2012	2011
2014	37.496	
2015	37.496	
2016	16.921	
Total	91.913	

	Taxas contratuais	Taxa efetiva	Custos de transação incorridos	Saldo dos custos de transação a apropriar	Vencimento	2012	2011
		do custos de transação (*)					
Série única	CDI + 1,90% a.a.	0,2623% a.a.	1.212	280	01/02/2015	94.595	140.000
Circulante						45.406	45.406
Debêntures						(196)	(307)
Custos de transação						45.210	45.099
Total circulante						49.189	94.594
Não circulante						(84)	(280)
Debêntures						49.105	94.314
Custos de transação						94.315	139.413
Total não circulante							
Total							

(\*) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Seu método de cálculo está de acordo com o pronunciamento contábil CPC 08 (R1).

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	2012	2011
2014	45.405	
2015	3.784	
Total	49.189	

A seguir especificamos as principais condições, garantias e restrições vinculadas às emissões de debêntures. As condições, garantias e restrições pactuadas vêm sendo cumpridas regularmente. Em 1º de fevereiro de 2010, a Companhia emitiu 140 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo o valor total de emissão de R\$140.000. A remuneração das debêntures é baseada na variação acumulada do CDI, acrescida exponencialmente de um spread de 1,90% a.a. com vencimento em 1º de fevereiro de 2015 e os juros remuneratórios pagos mensalmente no dia 1º de cada mês até o seu vencimento, sendo o primeiro pagamento em 1º de março de 2010 e a amortização do valor nominal das debêntures ocorrerá em 37 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela paga em 1º de fevereiro de 2012 e a última em seu vencimento. As debêntures podem ser amortizadas extraordinariamente a qualquer momento. Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são: (i) novas emissões de debêntures exceto da espécie subordinada ou cuja destinação dos recursos seja limitada a contratação de dívidas de longo prazo para o financiamento de investimentos não previstos no contrato de concessão do direito de exploração de qualquer rodovia de que a emissora seja titular, para os quais tenham sido acordados mecanismos legais de restabelecimento do equilíbrio econômico e financeiro do referido contrato de concessão; e (ii) que a Companhia contraia ou mantenha empréstimos de capital de giro no curso normal das atividades, que excedam, a qualquer momento, o valor principal total de R\$40.000, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembleia Geral dos Debenturistas. 14. IMPOSTOS PARCELADOS

	2012	2011
Circulante:		
Imposto de renda	598	543
Contribuição social	216	196
Imposto de renda (a)	530	487
Contribuição social (a)	191	176
	1.535	1.402
Não circulante:		
Imposto de renda	499	996
Contribuição social	179	358
Imposto de renda (a)	4.418	4.549
Contribuição social (a)	1.590	1.637
	6.686	7.540

(a) Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia apresentava saldo de principal, multa e juros de impostos e contribuições federais, os quais foram objeto de pedido, junto à Receita Federal do Brasil, de adesão ao programa de descontos e parcelamentos de débitos tributários federais, previsto na Lei nº 11.941/09. Os passivos tributários incluídos neste programa referem-se ao recálculo da depreciação e amortização dos bens adquiridos até 31 de dezembro de 2006, entre 1º de janeiro de 2007 e 30 de outubro de 2009. Em 15 de junho de 2011, foi consolidado o parcelamento de dívida pela Receita Federal do Brasil de acordo com condições previstas na Lei nº 11.941/09. Os impostos parcelados através da Lei nº 11.941/09 serão pagos em até 150 parcelas, mensais, iguais e consecutivas, e atualizados mensalmente com base na taxa Selic. 15. PROVISÃO PARA RISCO FISCALIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS: A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Saldo inicial	Constituição		Reversão	Saldo final
		da provisão	Realização		
<b>Movimentação em 2012</b>					
Não circulante:					
Cível	4.034	1.438	(290)	(215)	4.967
Trabalhista	1.764	871	(574)	(39)	2.022
Total	5.798	2.309	(864)	(254)	6.989
Movimentação em 2011	7.274	2.918	(407)	(3.987)	5.798

A Companhia possui outras contingências passivas relativas a questões tributárias e cíveis, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$441, em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.974 em 31 de dezembro de 2011), para os quais nenhuma provisão foi constituída. 16. PROVISÃO DE MANUTENÇÃO

	Saldo inicial	Constituição		Reversão do ajuste a valor presente	Realização	Transferência	Saldo final
		da provisão a valor presente	Reversão do ajuste a valor presente				
<b>Movimentação em 2012</b>							
Circulante	19.070	5.130	1.701	(20.637)	5.653	10.917	
Não circulante	25.770	2.298	(3.484)	-	(5.653)	18.931	
	44.840	7.428	(1.783)	(20.637)	-	29.848	
	33.264	18.143	4.262	(10.829)	-	44.840	
<b>Movimentação em 2011</b>							
Os projetos com início de provisão no exercício de 2012 foram trazidos a valor presente à taxa de 8,20% a.a. (12,62% a.a. em 2011). A taxa utilizada refere-se ao custo de dívida de mercado para estes períodos. Em 31 de dezembro de 2012, o montante provisionado e a provisionar corresponde a R\$108.081 do valor nominal das projeções de gastos para a data de desembolso na realização de manutenção (R\$125.158 em 31 de dezembro de 2011).							
17. COMPROMISSOS VINCULADOS A CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO: a) Compromisso com o Poder Concedente: <b>Decorrente do direito de outorga fixo:</b> Refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, ainda não contabilizados por ser o contrato de concessão considerado como executório, conforme nota explicativa nº 3-m, determinado com base em valor fixo a ser pago ao Poder Concedente, conforme demonstrado a seguir:							
		Valor nominal	Valor presente				
		2012	2011	2012	2011		
		137.869	151.998	121.245	130.708		

Outorga fixa a pagar  
O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se uma taxa de juros de 5% a.a., compatível com a taxa estimada para emissão de dívida com prazo similar ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto. O compromisso será pago em parcelas mensais e iguais até 2018, corrigidas monetariamente pela variação do IGP-M em julho de cada ano. Esses compromissos atualizados até 31 de dezembro de 2012 estão assim distribuídos:

	Valor presente
2013	24.434
2014	24.617
2015	23.445
2016	22.328
2017 e 2018	26.421
	121.245

No decorrer do exercício, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$24.573 referente ao direito de outorga fixa (R\$22.989 em 31 de dezembro de 2011). **Decorrente da provisão de outorga variável:** Refere-se ao preço da delegação do serviço público correspondente a 3% da receita bruta efetivamente obtida mensalmente, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente. No período de maio de 2010 a abril de 2012, a Companhia pagou outorga variável correspondente a 6% da receita bruta mensal, conforme Deliberação do Conselho Diretor da AR-TESP - Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo, de 31 de maio de 2006. Os montantes de outorga variável a pagar estão demonstrados a seguir:

	2012	2011
	917	4.005

Circulante:  
Provisão de outorga variável  
No decorrer do exercício foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$13.634 referente ao direito de outorga variável (R\$18.832 em 31 de dezembro de 2011). b) Compromissos relativos às concessões: Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir as rodovias. Em 31 de dezembro de 2012, esses compromissos de investimentos ainda não contabilizados por serem considerados como executórios, estão estimados em R\$273.324 (R\$292.375 em 31 de dezembro de 2011), a serem realizados até o final do prazo original da concessão. 18. ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL: Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	2012	2011
Até um ano	2.140	1.810

A Companhia opera com 88 veículos de frota com contrato de arrendamento mercantil operacional. Os contratos possuem prazo de duração de no máximo 24 meses, com cláusulas de opção de renovação, sem opção de compra e com reajustamento a cada 12 meses pelo IGP-M. A Companhia reconheceu despesas com operações de arrendamento mercantil operacional, no montante de R\$1.546, em 31 de dezembro de 2012 (R\$1.237 em 31 de dezembro de 2011). 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: O capital social é representado por 75.000.000 ações nominativas e sem valor nominal, sendo 25.000.000 ordinárias e 50.000.000 preferenciais. As ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias. b) Reservas de lucros: Reserva legal: constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do Art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Reserva de retenção de lucros: constituída para a aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital, aprovados em Assembleia Geral Ordinária. c) Dividendos: Os dividendos são calculados em conformidade com o estatuto social e de acordo com a Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), sendo o valor dos dividendos mínimos obrigatórios 25% do lucro líquido. Em 27 de abril de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a distribuição de dividendos propostos no montante de R\$11.754 relativos aos lucros de anos anteriores e pagos em 16 de julho de 2012 com a aprovação pela Reunião do Conselho de Administração em 6 de julho de 2012. Ainda em 6 de julho de 2012, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição e pagamento dos dividendos intermediários no montante de R\$18.246 relativos aos lucros de anos anteriores, pagos em 16 de julho de 2012. Em 31 de agosto de 2012, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição e o pagamento dos dividendos intermediários no montante de R\$30.000 relativos aos lucros de anos anteriores, pagos na mesma data. Em 27 de novembro de 2012, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$10.000, sendo R\$9.504 relativos aos lucros de anos anteriores e R\$496 relativos ao lucro líquido do primeiro semestre de 2012, pagos em 27 de novembro de 2012. Destinações do lucro líquido do exercício:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício		111.811
Base para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios		25%
Destinações:		
Dividendos mínimos obrigatórios		20.457
Dividendos intermediários pagos		496
Juros sobre capital próprio		7.000
Dividendo adicional proposto		23.858
Reserva de retenção de lucros		60.000
Dividendos por ação ordinária		0,2557
Dividendos por ação preferencial		0,2813

d) Juros sobre capital próprio: Os juros sobre capital próprio são calculados sobre o patrimônio líquido e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (Lei nº 9.249/95). Em 27 de abril de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a provisão de juros sobre capital próprio no montante de R\$2.250, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2011, pagos em 29 de maio de 2012. Em 25 de junho de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a provisão de juros sobre capital próprio no montante de R\$2.550, com base no patrimônio líquido de 31 de março de 2012, pagos em 02 de julho de 2012. Em 27 de novembro de 2012, foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração, a provisão de juros sobre capital próprio no montante de R\$2.300, com base no patrimônio líquido de 30 de junho de 2012, pagos em 7 de dezembro de 2012. Em 28 de dezembro de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, a provisão de juros sobre capital próprio no montante de R\$2.150, com base no patrimônio líquido de 30 de setembro de 2012, pagos em 28 de dezembro de 2012. 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Política: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como também não efetua operações com derivativos definidos como exóticos. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir: Instrumentos financeiros por categoria:

	2012		2011	
	Valor justo mensurado através do resultado	Passivo mensurado ao custo amortizado (*)	Valor justo mensurado através do resultado	Passivo mensurado ao custo amortizado (*)
<b>Ativos:</b>				
Aplicações financeiras	11.252	-	3.623	-
Contas a receber	-	972	-	922
Outros créditos	-	1.203	-	447
Partes relacionadas	-	15.726	-	14.913
<b>Passivos:</b>				
Financiamentos	-	-	(112.232)	-
Debêntures	-	-	(94.315)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	(11.624)	-
Partes relacionadas	-	-	(189)	-
Total	11.252	17.901	(218.360)	(217.055)

(\*) Valores líquidos do custo de transação. Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas adotadas na determinação do valor justo: • **Aplicações financeiras** - são definidos como ativos mensurados pelo valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em função do curto prazo de vencimento dessas operações; • **Contas a receber de clientes, outros créditos, contas a receber de partes relacionadas, fornecedores, remuneração dos administradores e outras contas a pagar** - seus valores aproximam-se do de mercado em razão do prazo de liquidação de, em geral, 30 dias; • **Debêntures** - seu valor justo é o seguinte:

	2012		2011	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures (*)	94.595	100.227	140.000	145.219

(\*) Não incluídos os custos de transação. • **Financiamentos** - consideram-se os valores contábeis desses financiamentos equivalentes aos valores justos, por se tratarem de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos, atrelados a TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, conforme descrito na nota explicativa nº 12. **Hierarquia de valor justo:** A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2, correspondentes a aplicações financeiras de curto prazo, nos valores de R\$11.252 em 31 de dezembro de 2012 (R\$3.623 em 31 de dezembro de 2011). Os diferentes níveis

foram definidos como a seguir: • **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Gerenciamento de riscos financeiros: Visão geral:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: a) Risco de crédito. b) Risco de taxas de juros e inflação. c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro). Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras. a) Risco de crédito: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, exceto para contas a receber de meios eletrônicos que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas pela administração. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras é:

	Nota	2012	2011
Debêntures	13	(94.595)	(139.413)
Caixa e equivalentes de caixa	6	15.227	20.342
Contas a receber e outros créditos		2.175	1.369
		<u>(77.193)</u>	<u>(117.994)</u>

b) Risco de taxas de juros e inflação: Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar captações com indexadores equivalentes àquele que reajustam as suas receitas. A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações (1) do CDI para as debêntures e (2) da TJLP relativo aos financiamentos em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas às variações do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 12 e 13. c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de financiamento e debêntures. **Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:** Os quadros abaixo apresentam os valores resultantes de juros sobre os contratos de financiamentos ilustre a esses riscos. A análise de sensibilidade de mercado tem por objetivo mostrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As taxas utilizadas nos cenários A e B foram adicionadas dos percentuais de deterioração de 25% e 50% utilizadas no cenário provável. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises. Abaixo estão demonstrados os valores resultantes de juros sobre os contratos de financiamentos e debêntures com taxas pós-fixadas. Os valores correspondem aos efeitos calculados para um período de doze meses a partir da data dessas demonstrações financeiras, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Operação	Risco	Vencimento	Saldo	Efeito no resultado				
				Aumento		Redução		
				Cenário A - 25%	Cenário B - 50%	Cenário A - 25%	Cenário B - 50%	
Passivos financeiros:								
Debêntures (*)	Variação CDI	01/02/2015	94.315	(12.048)	(15.060)	(18.072)	(9.638)	(8.032)
Financiamento BNDES (*)	Variação TJLP	15/11/2016	29.769	(2.519)	(3.149)	(3.779)	(2.015)	(1.679)
Financiamento BNDES (*)	Variação TJLP	15/04/2016	82.463	(3.905)	(4.881)	(5.858)	(3.124)	(2.603)
			<u>206.547</u>	<u>(18.472)</u>	<u>(23.090)</u>	<u>(27.709)</u>	<u>(14.777)</u>	<u>(12.314)</u>

(\*) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

21. COBERTURA DE SEGUROS: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2012, as coberturas proporcionadas pelas apólices de seguros da Companhia,

foram resumidas conforme abaixo: • Responsabilidade civil: R\$30.958. • Riscos de danos morais: R\$6.191. • Riscos de danos materiais: R\$11.285. • Riscos de engenharia: R\$29.787. • Perda de receita: R\$87.301. • Equipamentos e roubo nas praças de pedágio: R\$8.767.

2012	2011	
<b>22. RESULTADO FINANCEIRO</b>		
Despesas financeiras:		
Juros sobre financiamentos e debêntures	(18.800)	(19.118)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(975)	(994)
Comissão fiança	(936)	-
Encargo de disponibilidade de crédito BNDES	-	(780)
Juros sobre impostos parcelados - Lei nº 11.941/09	(558)	(740)
Amortização do custo de transação sobre financiamentos e debêntures	-	(344)
Juros sobre impostos parcelados	(151)	(258)
Ajuste a valor presente sobre a provisão de manutenção	1.783	(4.262)
Capitalização dos custos dos empréstimos	2.129	618
	<u>(17.508)</u>	<u>(25.878)</u>

Receitas financeiras:  
Rendimento sobre aplicações financeiras 2.309 3.100  
Juros e outras receitas financeiras 32 83  
2.341 3.183

23. RECEITAS: A seguir, a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do período:  
2012 2011

Receitas:		
Receita de pedágio	320.106	291.675
Receita de contratos de construção	58.027	29.999
Receitas acessórias	4.514	4.216
	<u>382.647</u>	<u>325.890</u>

Menos:  
Impostos sobre receitas (28.747) (26.376)  
Abatimentos (1.173) (932)  
Total das receitas 352.727 298.582

24. EVENTOS SUBSEQUENTES: Debêntures: Em 15 de janeiro de 2013, a Companhia emitiu 9.500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirográfica, em série única, de valor nominal unitário de R\$10, sendo o valor total de emissão de R\$95.000. A remuneração das debêntures é baseada na variação acumulada de 113,6% do CDI, com vencimento em 15 de janeiro de 2018 e juros remuneratórios pagos mensalmente no dia 15 de cada mês até o seu vencimento, sendo o primeiro pagamento em 15 de fevereiro de 2013. A amortização do valor nominal das debêntures ocorrerá em 37 parcelas mensais, iguais e consecutivas, sendo a primeira parcela a ser paga em 15 de janeiro de 2015 e a última em seu vencimento. O crédito foi efetuado em 29 de janeiro de 2013 e utilizado para a liquidação da 1ª emissão de debêntures no montante de R\$94.595, conforme nota explicativa nº 13, na mesma data. Os principais critérios para o estabelecimento de vencimento antecipado são: (i) pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio em valor superior ao mínimo legal, em caso de inadimplência, ou índice de razão entre dívida líquida e EBITDA superior a 2,5 ou ainda índice de razão entre geração de caixa e serviço da dívida inferior a 1,2; (ii) contraia novas dívidas que somadas as já existentes levem a um índice de razão entre dívida líquida e EBITDA superior a 2,5, sem prévia aprovação dos titulares das debêntures em Assembleia Geral dos Debenturistas; e (iii) oferecer em garantia de novas dívidas qualquer um de seus ativos existentes ou doravante adquiridos.

**COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Anwar Damha</b> Presidente	<b>Athur Piotto Filho</b> Membro Titular	<b>Alberto Bagdade</b> Membro Suplente	<b>Mário Múcio Eugênio Damha</b> Membro Suplente
<b>Marco Aurélio Eugênio Damha</b> Vice-Presidente	<b>Ítalo Roppa</b> Membro Titular	<b>Marcus Rodrigo de Senna</b> Membro Suplente	<b>Paulo Yukio Fukuzaki</b> Membro Suplente
	<b>Maria Stella Eugênio Damha</b> Membro Titular	<b>Maria Mônica Damha Athia</b> Membro Suplente	

**COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA**

<b>Roberto de Barros Calixto</b> Diretor Superintendente
<b>José Salim Kallab Fraiha</b> Diretor
<b>CONTADOR</b>
<b>Walney de Freitas Garcia</b> CRC 1SP222887/O-1

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Conselho de Administração e Acionistas da Renovias Concessionária S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**  
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Renovias Concessionária S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Outros assuntos**

**Demonstrações do valor adicionado**  
Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, como informação complementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício e ao período anteriores**  
As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram auditados e revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 10 de fevereiro de 2012, os quais não contiveram nenhuma modificação.  
São Paulo, 15 de fevereiro de 2013.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8  
José Roberto P. Carneiro  
Contador  
CRC nº 1 SP 109447/O-6

